



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0004420-43.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
 Requerente: **GRACIELE STRAFORINI VICENTIM**  
 Requerido: **ELIZEU ELIAS M S**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora se volta contra sua inscrição perante órgãos de proteção ao crédito realizada pela ré, alegando que não manteve qualquer relação comercial com ela que a justificasse, nada lhe devendo.

Ressalvando que sua negativação foi por isso indevida, almeja à sua exclusão e ao recebimento de indenização por danos morais que experimentou.

É relevante observar que logo no relato de fl. 01 a autora esclareceu que ao receber uma notificação da SERASA entrou em contato com a ré, a qual esclareceu que situação semelhante já havia acontecido com outras pessoas, conseguindo resolvê-las.

Todavia, pouco depois recebeu nova notificação daquele órgão dando conta de outro débito em aberto.

Em contestação, a ré reiterou essa explicação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Salientou que alguém tem obrado em seu nome para o fim de constranger terceiros com sua inserção perante entidades como a SERASA sem que tivesse ligação com isso.

Em abono ao que asseverou, apresentou o documento de fl. 20, por intermédio do qual se constata que atinaria a dívida de outra empresa sediada em Londrina e que igualmente sequer conhecia.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao parcial acolhimento da pretensão deduzida.

Quanto à exclusão das negativas trazidas à colação, transparece inegável porque em momento algum se cogitou a existência de lastro a respaldá-las.

Todavia, reputo ausente base sólida para estabelecer a certeza de que a ré tenha tido participação nesses episódios.

A justificativa que deu não é desarrazoada, reforçando-se tal ideia pelas seguidas notificações recebidas pela autora mesmo após o ajuizamento da ação e o reconhecimento de sua parte de que seria vítima nos episódios.

Assim, entendo que não há elementos consistentes para impor à ré o ressarcimento pelos danos morais suportados pela autora ou, por outras palavras, que tenha ela perpetrado o ato ilícito que rendesse ensejo a tanto.

**Por fim, e como forma de buscar evitar que novos dissabores semelhantes sejam causados à autora, determino que se oficie à SERASA e ao SCPC para que se eximam de promover doravante inscrições encaminhadas pela ré em detrimento da mesma.**

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para tornar definitivas as decisões de fls. 07, item 2, e 22, item 1.

**Oficie-se, ademais, como determinado na parte final da fundamentação da presente.**

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 04 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**